

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

História, territorialidade e desenvolvimento local no contexto das monções em Camapuã

Maria Augusta de Castilho ¹
Vanuza Ribeiro de Lima ²

Resumo: A pesquisa aborda a História, a territorialidade do varadouro de Camapuã, município localizado no interior de Mato Grosso do Sul e que no período entre os séculos XVIII e XIX foi rota de passagem dos monçoeiros para as minas de ouro do Mato Grosso. O movimento ficou conhecido na História do Brasil como Rota das Monções. O conhecimento sobre o lugar e o fortalecimento das relações com o território colaboram para a formação da identidade cultural e são elementos essenciais ao desenvolvimento local. O estudo teve como aporte teórico autores nacionais e internacionais que sinalizam o desenvolvimento de uma comunidade por meio da compreensão do passado relacionando-o com o presente.

Palavras-chave: Monções, Territorialidade e Desenvolvimento Local.

Abstract: The research approaches the History, the territorialidade of the varadouro of Camapuã, located municipal district inside Mato Grosso of the South and that in the period among the centuries XVIII and XIX were broken of passage of the monçoeiros for gold mines of Mato Grosso. The movement was known in the History of Brazil as Route of the Monsoon. The knowledge on the place and the invigoration of the relationships with the territory collaborates for the formation of the cultural identity and they are essential elements to the local development. The study had as contribution theoretical national and international authors that signal a community's development through the understanding of the past relating him/it with the present.

Keys-word: Monsoon, Territorialidade and Local Development.

A história de um local vincula-se a processos de identificação, relacionados a um determinado sistema cultural que enfatiza as relações de vizinhança, a territorialidade e o sentimento de pertencer àquele lugar. No aporte de Tuan (1976) a história é a sua reconstrução consciente na memória do grupo para as finalidades correntes, exercendo um papel essencial no sentido humano de territorialidade e lugar. A identidade de um lugar é a

¹ Professora de História da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB. Doutora em História pela Universidade de São Paulo – USP.

² Graduada em História e mestranda em Desenvolvimento Local pela Universidade Católica Dom Bosco – UCDB. Bolsista da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul – FUNDECT.

sua característica física, sua história e como as pessoas fazem uso de seu passado para promover a consciência coletiva.

Ana Fani Alessandri Carlos (1996, p. 15) observa que o lugar guarda em si “o seu significado e as dimensões do movimento da história em constituição enquanto movimento da vida, possível de ser apreendido pela memória” e por meio dos sentidos e do corpo. Por esse prisma o lugar é o ponto de articulação entre a mundialidade em construção e o local como sendo a espacialidade concreta.

O território tem uma localização definida com um substrato físico de referência, que possui características naturais e podem se transformar em recursos utilizáveis. No meio territorial manifestam-se como formas materiais e imateriais que espelham a formação sócio-espacial e a cultura local. Entretanto, o substrato físico não deve ser super valorizado, visto que o território como fruto de apropriação do espaço é um constructo social e a apropriação é um espaço de produção humana, que envolve relações sociais na criação de obras que atribui sentido a vida (LE BOURLEGAT, 2006).

A perspectiva de uma história local implica no valor e significado que cada detalhe adquire na rede de relações dos elementos constitutivos da mesma. Leva-se em conta a junção dos processos de identificação do sujeito, não como um valor superior para a admiração e valorização da pequena pátria, mas sim a elevação do local à categoria central de análise.

Elizalde (2000) apresenta uma proposta sobre as necessidades humanas fundamentais como sendo a subsistência, a proteção, o afeto, o entendimento, a criação, a participação, o ócio, a identidade e a liberdade. Todas têm importância similar e não há qualquer hierarquia entre elas. Pelo mesmo viés, diferencia três subsistemas: o das necessidades relacionadas à interioridade, vivenciada no plano pessoal; o das satisfações que contemplam as formas históricas e culturais e o subsistema dos bens, ou seja, artefatos materiais produzidos pelo ser humano. O autor observa que na visão tradicional a pobreza está associada exclusivamente a ausência de subsistência. Porém, em sua concepção esse fenômeno está ligado à falta de qualquer uma das necessidades humanas fundamentais.

O termo desenvolvimento tem sido associado à noção de progresso material e de modernização tecnológica. Em tal contexto, os lugares ditos desenvolvidos não consideram as diferenças culturais e a existência de outros valores e concepções, uma vez que isso gera certa distinção entre o ‘desenvolvido’ e o ‘subdesenvolvido’, e dá a impressão de superioridade do primeiro e inferioridade do segundo. Em análise convergente, Ávila (2000) explicita a idéia de que o crescimento econômico por si só não é sinônimo de desenvolvimento, pois este se caracteriza por conotações tipicamente quantitativas, enquanto

que desenvolvimento abrange também as dimensões referentes tanto à qualidade do processo de evolução econômico-social quanto à amplitude participativo-beneficiária de toda a população.

O desenvolvimento local é visto de maneira mais ampla; no entendimento de Marques *et al* (2001) trata-se de um conjunto original de estratégias que devem ser adequadas a um território, que tem suas redes de relações, sua identidade e conta com a participação ativa e solidária da população que nele habita, para encontrar formas viáveis, sustentáveis, contínuas e organizadas de utilização integrada dos recursos materiais, naturais e humanos disponíveis, em prol da obtenção de melhorias para a comunidade.

Martins (2002) pondera que o verdadeiro diferencial do desenvolvimento local está na participação, uma vez que a mesma assegura à comunidade o papel de agente e não apenas de beneficiária do desenvolvimento. Na essência da participação pessoal está, além da tomada de consciência, a formação de um senso crítico e a sensibilidade, que pode-se visualizar enquanto resultado do processo de construção social, portanto sujeito a fatores históricos e culturais. Da mesma forma, a participação parece manter uma relação direta com a capacidade individual ou coletiva de interagir, cooperar, associar-se e confiar.

O desenvolvimento local vem contra a corrente no que diz respeito às idéias de desenvolvimento das décadas anteriores, pois Ávila (2000) relembra que esse processo leva em conta a dinâmica espacial das localidades, a dimensão territorial, o equilíbrio entre relacionamentos dos tipos primário e secundário, as identidades social e histórica, perspectivas de coesão solidária, potencialidades e condições locais, assim como os dinamismos agenciadores.

Na perspectiva de desenvolvimento local encontra-se a necessidade da valorização da história local, cultura, identidade, entre outros. A rota das monções no município de Camapuã insere-se nesse contexto histórico.

O termo monção é utilizado no Brasil para designar os ventos alternados que determinavam as épocas de navegação rumo ao interior do país em busca de ouro. Todavia, a descoberta das minas de Caxipó Mirim marca o ponto de partida para a história das monções, precedida pelas empresas bandeirantes, em que os rios constituíam obstáculos à marcha (HOLANDA, 1989).

A Rota das Monções ocorreu entre os séculos XVIII e XIX, sendo que nesse período os monçoeiros, constituídos em sua maior parte por paulistas, percorriam três mil e quinhentos quilômetros por água, e na metade desse trajeto atravessavam por terra treze quilômetros no Varadouro de Camapuã, para chegar às minas de ouro de Mato Grosso. As

viagens eram muito perigosas e cheias de obstáculos; a princípio eram realizadas em canoas de casca, técnica aprendida dos índios. Outra forma de transporte era a jangada que, pelas constantes perdas durante as viagens, recebeu a instalação de toldos. O tempo estimado dessas expedições era em torno de cinco meses até chegar a Cuiabá.

As expedições eram realizadas de duas formas: pelo governo, que levava forças militares e autoridades administrativas para cobrança e fiscalização do imposto pago pelo ouro; e por particulares, ou seja, pessoas interessadas no comércio com as áreas de mineração.

Nas primeiras rotas desciam as canoas do Tietê até a foz, seguiam o Paraná, entravam, em geral, no Pardo, subiam a Anhaduí-Guaçu, Rio Paraguai, São Lourenço e Cuiabá. Contudo, foi por volta de 1720 e graças à diligência dos irmãos Leme, os quais fundaram a fazenda Camapuã, que se começou a verificar as vantagens de uma alteração nesse itinerário, de modo que as canoas subissem a parte encachoeirada do Pardo, que fica acima da barra do Anhaduí-Guaçu. A partir de então, saíam de Porto Feliz (SP), iam pelo rio Tietê, seguiam pelo Rio Paraná, Rio Pardo, Rio Camapuã, Rio Coxim, Rio Taquari e Rio Cuiabá (HOLANDA, 1989).

O primeiro paulista a chegar ao Rio Cuiabá em busca de índios foi Antônio Pires de Campos. Em 1718, Pascoal Moreira Cabral encontrou ouro com índios que aprisionou e Miguel Sutil desenvolveu o arraial do Senhor Bom Jesus do Cuiabá com organização política própria depois de encontrar ouro naquela região que, segundo as crônicas da época, “podia ser extraído da terra como se extrai a nata do leite” (HOLANDA, 1989, p. 23).

Em Cuiabá só se exportava ouro e em relação a subsistência, aos poucos se introduziram algumas práticas agrícolas e de criação de animais, sendo que em alguns casos com resistência das autoridades. Os primeiros moradores do arraial cuiabanos tiveram uma existência comparável a dos índios coletores e caçadores.

Nas expedições monçoeiras os viajantes deparavam-se com vários grupos étnicos nativos, que interagiam ativamente com os forasteiros, tanto com alianças políticas contra grupos inimigos, quanto com lutas em defesa de seus territórios. Sob esse prisma, pode-se perceber a os contrapontos entre as trocas interculturais e a afirmação de identidades, envolvendo paulistas, cuiabanos, assunsenhos e vários grupos étnicos nativos, sobretudo Kayapó, Guaykuru e Payaguá. (CARVALHO, 2005).

O território dos Kayapó ficava nas margens dos rios Paraná, Pardo e na região de Camapuã, e foram nas localidades citadas que o grupo étnico fez despovoarem-se todas as roças, exceto a fazenda de Camapuã. No entanto, Carvalho (2005, p.2) descreve sobre a expedição de Cabral Camelo até as minas de Cuiabá de 1727-1734, da seguinte forma:

A seguir chega à fazenda de Camapuã, cuja população vive ali “como em um presidio”, temerosa dos assaltos dos Kayapó. “De uma e outra parte há gentios”, adverte Camelo, mas supõe-se que sejam “nações que os sertanistas conquistaram”.

De acordo com Carvalho (2005) era preciso incluir o escravo ou afro-descendente como agente histórico decisivo nas zonas de contato interétnicas, visto que “sua ausência de muitos trabalhos sobre o tema tem aparecido com um silêncio demasiado eloqüente”. Vale ressaltar que essa ausência pode ser entendida como conformidade e simples aceitação da condição na qual se encontrava esse grupo e de acordo com Taunay (*apud* CARVALHO, 2005, p. 9) “a tripulação de escravos negros das monções” estava submetida a “uma das mais cruéis servidões de reação contra a terrível servidão”.

Levando em conta o interesse dos Payaguá na captura de negros para comercialização em Assunção e as péssimas condições em que se encontravam na expedição de Cabral Camelo no ano de 1730, os negros embrenharam-se em fuga pelo mato assim que principiou o ataque dos Payaguá. (*ibidem*).

Em conformidade com as idéias de Carvalho (2005) que recorre ao conceito de fronteira, utilizado aqui para interpretar as relações de intersecção, trocas e manutenção de identidades entre os grupos étnicos envolvidos nas monções, pode favorecer uma revisão da noção oficial de conquista do oeste. Em vez da inevitável necessidade histórica e da passividade dos nativos e dos negros, é fundamental atentar para a ação de indivíduos e coletividades e para a contingência do processo histórico da época.

Na Rota das Monções era conveniente aos navegantes o estabelecimento de um varadouro breve, por onde pudessem ser transportadas as canoas. Uma vez escolhido o sítio, convinha fazer plantios e criações necessárias para o abastecimento das expedições. Foi o que aconteceu com a fundação, no local do varadouro da fazenda de Camapuã.

O varadouro de Camapuã era o ponto de travessia e contato entre as bacias do Paraguai e do Paraná. Os primeiros roçados de mandioca, banana e milho foram sementeiras de sorocabanos, parnaibanos e ituanos. A navegação dos rios, implicava o conhecimento de todas as suas armadilhas, que teria sido uma arte desenvolvida e exercida pelos indivíduos que ali viviam. O local era passagem inevitável e entreposto de pessoas e guarnições, assentados a meio caminho entre o ouro e o litoral (SILVA, 2004).

Os primeiros bovinos chegados a Cuiabá seguiram da fazenda de Camapuã, levados por gente do lugar, tiveram que atravessar um caminho desconhecido orientando-se

por estimativas. É provável, que os próprios bovinos de Camapuã descendessem do gado da Vacaria, levado por terra pelos cerrados do alto Rio Pardo (HOLANDA, 1989).

A comida utilizada consistia de pouco mais de cem gramas de toucinho, um litro de farinha de milho ou mandioca e meio litro de feijão e podiam dar-se por contentes, tanto os mareantes como os passageiros. Havia abastecimento na fazenda Camapuã, que de acordo com Holanda (1989, p. 319) “é uma ilha onde o mareante vai buscar frescos e repouso”.

A variedade das canoas se dava de acordo com a vegetação encontrada para a produção destas, como também pela comodidade de navegar em rios menos volumosos como o caso do Rio Camapuã e o Sanguexuga. Ao mesmo tempo tinham que se preocupar em armazenar a produção de tal forma que não perdesse a alimentação durante o percurso.

Os monçoeiros se apropriaram daquele espaço, produziram formas materiais e funcionais para a reprodução da vida e também formas imateriais, pois produziram território com as relações sociais que estabeleceram ali.

O imaginário popular existente entre familiares e moradores idosos que nasceram em Camapuã ou vivem no município desde a infância é repleto de histórias acerca do ouro, mais especificamente sobre os “enterros” que, segundo a crença popular, eram tesouros enterrados em alguns lugares da região e que foram e ainda são guardados pelos espíritos. Vários habitantes do local dizem ter conhecido pessoas que os encontraram, ficaram ricas e morreram ou se mudaram do lugar.

De acordo com essa crença o ouro foi guardado pelos padres jesuítas e existe um espírito que cuida do tesouro e é ele quem escolhe a pessoa para retirá-lo dali. Então, a comunicação inicial é feita por sonho, e são dadas todas as instruções para realizar a retirada, e nenhuma pode ser desprezada, sendo que o castigo é a perda do direito ao enterro. O escolhido não deve levar ninguém para lhe ajudar nessa tarefa. Além disso, se depara com vários animais, vultos, espíritos e tudo o que for de mais ameaçador. Ao final, o escolhido tem até o prazo de um ano para se mudar de Camapuã ou, conforme a maldição pode sofrer um acidente e morrer.

Esse imaginário está ligado aos padres jesuítas. Entretanto, a fazenda de Camapuã – que atualmente é o município com o mesmo nome – não constituía uma mina de ouro e a prática dos jesuítas não era a mineração. O movimento de ouro que aconteceu na região está ligado à rota das monções quando a fazenda Camapuã era um sítio de abastecimento aos viajantes que se deslocavam até as minas de Cuiabá.

Tanto a história local quanto a crença popular foram conservados e transmitidos pelos moradores de Camapuã constituindo-se em necessidades humanas fundamentais, já que

fazem parte do imaginário popular e pode ser considerado um dos elementos de formação da identidade e cultura do lugar.

Ao entender cultura como criações dos grupos humanos que são passadas por gerações, pode-se afirmar que é algo dinâmico, ou seja, pode mudar sempre que necessário. As pessoas do lugar agem de acordo com sua cultura, pois estão aí impregnados os valores recebidos da família e da sociedade em que vivem. O plano da mentalidade é o que mais demora a se modificar. A quebra dos códigos morais não acontece de uma hora para outra; é um processo bem longo e se diferencia de acordo com influências internas e externas. Levando em conta que o processo de desenvolvimento local deve ser endógeno e ter como atores principais os próprios membros da sociedade, é de vital importância entender como essas pessoas percebem o mundo.

Nos territórios as pessoas podem ter mais relacionamentos “primários” do que “secundários” em uma localidade considerada pequena, na qual é chamada de comunidade. Quando as relações são mais formais num espaço/território maior chamamos de sociedade. Tanto uma como a outra desenvolvem sentimento de identidade que está ligado à teoria de desenvolvimento local, pois é com esse sentimento que as pessoas buscam o desenvolvimento para sua comunidade (ÁVILA, 2003).

De forma geral, os livros didáticos de ensino fundamental não valorizam a história local, visto que a própria historiografia, até pouco tempo, estava preocupada com os “grandes feitos” dos “grandes centros”. A escola é um lugar muito interessante para a multiplicação da teoria e prática da história, cultura, identidade e desenvolvimento local, pois é um ponto de referência. Ela pode se tornar até mesmo um centro para o desenvolvimento das potencialidades de alunos, professores, pais e todos aqueles que encontrem nessa perspectiva uma alternativa para melhorar a qualidade de vida das pessoas na comunidade onde esteja inserida.

O processo de valorização e reconhecimento das potencialidades locais deve-se iniciar pelas crianças. Se elas crescerem com esse pensamento, podem contaminar seus pais e – quando adultas – se tornarem agentes de seu próprio desenvolvimento com a capacidade de abstrair e universalizar conhecimentos de toda ordem.

Referências

ÁVILA, Vicente Fideles de. **Educação escolar e desenvolvimento local: realidade e abstrações no currículo**. Brasília: Plano Editora, 2003.

_____. *et al.* **Formação educacional em desenvolvimento local: relato de estudo em grupo e análise de conceitos**. Campo Grande: UCDB, 2000.

CARLOS, Ana Fani A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CARVALHO, Alex Lopes de. Os “senhores dos rios” e suas alianças políticas. In: **Revista de Antropologia Iberoamericana**. n 42, julh-agos 2005. Disponível no site: www.plazamayor.net/antropologia/42jul/articulos/jul0501b.pdf. Acesso em: 18 de out. 2006. 11h00min.

ELIZALDE, Antonio. Desarrollo a escala humana: conceptos y experiencias. In: **Interações**. Campo Grande: UCDB, vol1, n1, p.51-62, set. 2000.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989, Tomo I, vol. I.

_____. **Monções**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

KASHIMOTO, Emília, M; MARINHO, Marcelo; RUSSEF, Ivan. Cultura, identidade e desenvolvimento local: conceitos e perspectivas para regiões em desenvolvimento. In: **Interações**. Campo Grande: UCDB, v. 03, n 01, p. 13-20, set. 2002.

LE BOULERGAT, Cleonice. **Territorialidades e dinâmicas-sócio ambientais**, fev-julho de 2006. (Notas de aula – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Universidade Católica Dom Bosco, UCDB).

MARTINS, Sérgio Ricardo Oliveira. Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. In: **Interações**. Campo Grande: UCDB, v.3, n5, p. 51-59, set. 2002.

MARQUES, Heitor Romero; RICCA, Domingos; FIGUEIREDO, Gilberto Porto e MARTIN, José Carpio. **Desenvolvimento local em Mato Grosso do Sul: reflexões e perspectivas**. Campo Grande: UCDB, 2001.

SILVA, Antônio Valderes. **Os fantasmas do rio: um estudo sobre a memória das monções do Vale do Médio Tietê**. Campinas, 2004. 120f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas.

TUAN, Yi-Fu. Geografia humanística. Trad. Maria Helena Queiroz. In: **Annals of the Association of American Geographers**, 66: (2), junho 1976.